

Defensoria de Minas consegue absolvição de assistido preso injustamente por abordagem policial baseada na cor da pele

Réu foi absolvido em sessão plenária do Tribunal do Júri, após ficar quase dois anos preso

Na quinta-feira (19/11), véspera da data em que se celebra o Dia da Consciência Negra, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) obteve a absolvição de L.B.C., negro de 26 anos, acusado indevidamente pelos crimes de homicídio tentado e consumado, ambos qualificados por motivo torpe e recurso que dificultou a defesa da vítima, e corrupção de menores.

Confundido em abordagem policial baseada na cor da pele, L.B.C. ficou preso injustamente por quase dois anos.

Para o defensor público Cantídio Dias de Freitas Filho, que atuou na causa, “o caso é emblemático e espelha o racismo estrutural e institucional que assola o nosso país e escancara os preconceitos e estereótipos enfrentados pela população negra”.

Em sua sustentação, o defensor público abordou, entre pontos, o *Black Lives Matter*, movimento ativista internacional, com origem na comunidade afro-americana, que faz campanha contra a violência direcionada às pessoas negras. Segundo Cantídio, o “movimento importantíssimo despertou a consciência jurídica nos Estados Unidos, e se espalhou por todo mundo”.

Dados do 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em 18 de outubro de 2020 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontam que dois em cada três presos são negros. Segundo a publicação, existe forte desigualdade racial no sistema criminal, percebida na maior severidade de tratamento e de punições direcionadas aos negros.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Audiência de conciliação com a empresa Vale para reparação dos danos da barragem de Brumadinho é remarcada para dezembro

PÁGINA 2

Lives da Esdep debatem novas tendências da atuação coletiva e desafios e potencialidades de políticas de combate à desigualdade e exclusão

PÁGINA 5

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Mundo oficial **PÁGINAS 2 e 3**
- > Na mídia **PÁGINA 2**
- > Ações em destaque
Comunidade cigana consegue reconhecimento territorial em Ibirité **PÁGINAS 3 e 4**
- > Escola Superior **PÁGINA 4 e 5**
- > Procedimentos/Comunicados internos **PÁGINA 6**

Defensoria Pública de Minas Gerais participa de celebração do IV Dia Mundial dos Pobres em Belo Horizonte

PÁGINA 3

DPMG garante manutenção de fornecimento de energia para tratamento com oxigênio em residência de assistida

PÁGINA 4

Audiência de conciliação com a empresa Vale para reparação dos danos da barragem de Brumadinho é remarcada para dezembro

Em audiência de conciliação realizada na terça-feira (17/11), o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Gilson Lemes, deferiu pedido da Vale S.A. para analisar a proposta feita pelas instituições jurídicas, nos processos que tratam de reparação dos danos provocados pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, em janeiro de 2019. A reunião aconteceu no Tribunal Pleno do TJMG, por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Segundo Grau (Cejusc 2º grau), e foi conduzida pelo presidente do Tribunal.

Participaram da audiência representantes do Estado de Minas Gerais, Advocacia Geral do Estado (AGE), Advocacia Geral da União (AGU), Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e Defensoria Pública da União (DPU). Eles elaboraram e apresentaram na segunda-feira à noite (16/11), uma nova proposta que deverá ser analisada pela Mineradora. As partes voltam a se reunir em nova audiência dia 09/12.

A pedido das instituições que representam o Estado e a União, também foi acertada a prorrogação do auxílio emergencial a moradores de regiões atingidas, que se encerraria em novembro, até 31 de dezembro.

A tentativa de se estabelecer um acordo entre Governo do Estado, Ministério Público estadual e Defensoria Pública estadual com a empresa Vale tem como objetivo iniciar, o mais rápido possível, a reparação socioeconômica e ambiental dos danos causados pelo rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em janeiro de 2019.



A Defensoria Pública de Minas Gerais foi representada na audiência pelo defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares. Participaram ainda da reunião a subdefensora pública-geral, Marina Lage Pessoa da Costa; a chefe de gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; e os defensores públicos Aylton Rodrigues Magalhães, Felipe Augusto Cardoso Soledade e Carolina Morishita Mota Ferreira.

[Leia na íntegra](#)

NA MÍDIA

Audiência de conciliação com a empresa Vale para reparação dos danos da barragem de Brumadinho é remarcada para dezembro

[Observatório Nacional - CNJ/CNMP](#)

MUNDO OFICIAL

Defensora pública é condecorada com a Medalha do Mérito do MP



A defensora pública Diana Lima Prata Camargos foi agraciada com a Medalha do Mérito do Ministério Público Promotor Francisco José Lins do Rego Santos, no dia 18 de novembro.

A comenda é concedida pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) a personalidades que, por seus méritos e relevantes serviços prestados à sociedade e à cultura jurídica, têm contribuído para o desenvolvimento do país e para a justiça social.

A entrega da comenda foi acompanhada pela chefe de gabinete da Defensoria Pública-Geral, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; pelo secretário-geral do MPMG, promotor de Justiça Gilberto Osório Resende; e pela procuradora de Justiça Cláudia Spranger.

Defensoria de Minas participa de celebração do IV Dia Mundial dos Pobres

A iniciativa teve como objetivo renovar o compromisso de solidariedade entre os parceiros do projeto Canto de Rua Emergencial

Pelo quarto ano consecutivo, a Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria de Projetos e Convênios (CooProC), participa das atividades do Dia Mundial dos Pobres, data instituída pelo Papa Francisco para sensibilizar as pessoas quanto à importância de se partilhar todas as formas de solidariedade com os pobres.

O evento foi realizado na Serraria Souza Pinto, em Belo Horizonte, com a inauguração de uma placa memorial em agradecimento ao Estado de Minas Gerais pelas ações em prol da população em situação de rua durante a pandemia. No local está sendo desenvolvido o projeto Canto da Rua Emergencial, que foi adaptado, em junho



deste ano, como referência para acolher a esse grupo, muito vulnerável à contaminação pelo novo coronavírus. A iniciativa teve como objetivo renovar o compromisso de solidariedade entre as instituições parceiras.

A celebração contou com a presença do corregedor-geral da DPMG, Galeno Gomes Siqueira, e da coordenadora da CooProC, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, representando o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares.

O corregedor-geral Galeno Gomes Siqueira ressaltou o orgulho em participar mais uma vez da celebração, lembrando que neste ano acontece de forma atípica, em razão da pandemia de COVID-19. “Hoje é um dia simbólico para celebrar o pobre, e não a pobreza. O atual momento torna cada vez mais visível as desigualdades, portanto, devemos intensificar a nossa luta diária contra a todas as formas de miséria e preconceitos”, enfatizou. Galeno Siqueira disse, ainda, que a Defensoria Pública tem a missão constitucional de defender a população vulnerável, “buscando reduzir as desigualdades e combater a miséria, seja de forma presencial ou pelos canais remotos disponíveis.”, completou.

[Leia na íntegra](#)



AÇÕES EM DESTAQUE

Comunidade cigana consegue reconhecimento territorial em Ibitaré

Mais uma comunidade cigana conquista a regularização territorial e tem reconhecido o direito à moradia adequada em Minas Gerais. Desta vez a comunidade Calon, do acampamento São Pedro, em Ibitaré/MG, conseguiu, junto à Prefeitura, a cessão de um terreno pelo período de 20 anos, que foi cedido à Associação Estadual Cultural de Direitos e Defesa dos Povos Ciganos.

O terreno, que possui uma área total de 7 mil quadrados, poderá ser usado para moradia e para a realização de atividades culturais e de geração de renda, voltadas aos públicos interno e externo.

A assinatura do termo de cessão aconteceu no dia 19/11, em uma solenidade com a presença de integrantes da comunidade Calon, da Associação Estadual Cultural de Direitos e Defesa dos Povos Ciganos, do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (Conepir/MG), da Prefeitura de Ibitaré, do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG).



De acordo com a defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno, “a cessão da posse representa uma vitória para o povo cigano e foi uma decisão importante do Município de reconhecimento desse direito. Temos apoiado os ciganos Calons na educação em direitos como ferramenta de combate ao preconceito.”

[Leia na íntegra](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas garante manutenção de fornecimento de energia para tratamento com oxigênio em residência de assistida

Em atendimento realizado totalmente de forma virtual, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) obteve tutela provisória para que a Cemig se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica da residência de uma assistida, onde mora uma pessoa dependente em uso de concentrador de oxigênio.

Ao passar a cuidar de sua irmã, que necessita do aparelho, a assistida viu o valor de sua conta saltar de aproximadamente R\$ 700 para mais de R\$ 2.000, impossibilitando assim o pagamento.

De acordo com o defensor público Sidnei Henrique da Silva, que esteve à frente da ação, a tutela provisória foi deferida para que a Cemig se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica, mesmo que não haja o pagamento das contas ou até que cesse o tratamento com o aparelho concentrador de oxigênio.

O pedido principal, feito em uma ação que tramita junto à 3ª Vara Cível da comarca de Barbacena, é para que a Companhia abata o valor dispensando para utilização do concentrador de oxigênio e realize os descontos mensais.

DPMG acompanha exercício do direito ao voto em unidades socioeducativas

No primeiro turno das eleições, adolescentes e jovens adultos em cumprimento de medida socioeducativa em Unaí e Patrocínio tiveram a oportunidade de exercer o direito ao voto. Isso foi possível graças ao termo de cooperação técnica (TCT) firmado em março deste ano, com o objetivo de viabilizar, nestas eleições, o direito de voto dos presos provisórios e dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou em situação de internação provisória, nos municípios onde for tecnicamente viável.

A Defensoria Pública de Minas Gerais foi uma das instituições signatárias do termo, juntamente com o

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Procuradoria Regional Eleitoral, Ministério Público, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e Ordem dos Advogados do Brasil.

Na unidade socioeducativa de internação de Patrocínio, dez assistidos adolescentes e jovens adultos votaram e houve uma justificativa. O defensor público José Luís Galdino, que atua na área infracional, fiscalizou a atividade. Em Unaí, exerceram o voto 46 adolescentes e jovens adultos, além de duas justificativas.

[Leia na íntegra](#)



ESCOLA SUPERIOR

Esdep realizará palestra em 25 de novembro sobre a atuação da DPMG na defesa dos direitos das mulheres

Participam do debate a defensora pública mineira Maria Cecília Pinto e Oliveira e a ativista social Adriane Cristina da Cruz.

A palestra é aberta ao público em geral e acontecerá pela plataforma Teams, a partir das 10 horas, com transmissão pelo canal da DPMG no Youtube: c/defensoriamineira.

Não é necessária inscrição prévia e não haverá emissão de certificados.

DPMG, NUDEM E ESDEP PROMOVEM

Em
DEFESA
delas

Atuação da Defensoria Pública na Defesa dos Direitos das Mulheres

MARIA CECÍLIA
Defensora Pública NUDEM

DRYKA CRUZ
Defensora Popular

25 DE NOVEMBRO DE 2020
10h às 11h30

Transmissão
YOUTUBE.COM
c/defensoriamineira

NUDEM
ESDEP
DEFENSORIA PÚBLICA MINEIRA

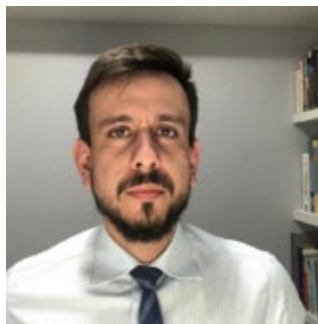
ESCOLA SUPERIOR

Lives da Esdep MG: novas tendências da atuação coletiva e desafios no combate à desigualdade e exclusão

Durante a live da Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep-MG) da quinta-feira (18/11), os defensores públicos Gustavo Francisco Dayrell de Magalhães Santos, de Minas Gerais, e Edilson Santana Gonçalves Filho, da Defensoria Pública da União, falaram sobre as novas tendências da atuação coletiva.

- **A série de lives organizada pela Defensoria Pública mineira debate, entre outros, temas relacionados aos direitos humanos, acesso à justiça e cidadania, e conta com a presença de defensores públicos e convidados.**

>> A transmissão acontece às quintas-feiras, pelo Instagram [@defensoriamineira](https://www.instagram.com/defensoriamineira), onde o link fica disponível.



Dia da Consciência Negra

“Políticas Afirmativas nas Universidades e Concursos Públicos: desafios e potencialidades” foi o tema da live no dia 20/11, data em que se celebrou o Dia da Consciência Negra.

O debate contou com a participação do ex-defensor público da Bahia e atual defensor de Minas Gerais, João Lucas Neto Gomes de Azevedo, e da médica ginecologista e obstetra Maysa Teotonio Simão. Maysa é especializanda em endócrino-ginecologia e sexualidade, mestranda e integrante dos Coletivos Ayabas, Negrex e Mulheridades e Negritudes.

ESDEP INFORMA

‘Palestras de lançamento da XV Semana Nacional da Conciliação’

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), promoverá, no dia 30 de novembro as “Palestras de lançamento da XV Semana Nacional da Conciliação”.

O evento, que pode ser acompanhado nas moda-

lidades presencial e a distância, por meio de transmissão ao vivo pela internet, tem como objetivo promover, difundir e fortalecer a cultura voltada para a prática da conciliação e da mediação.

As inscrições vão de 9 a 26 de novembro.

[Clique aqui para mais informações](#)

